

## REFLEXÕES DE TRADUTORES

*Para aprender não basta só ouvir por fora, é necessário entender por dentro* (Padre António Vieira, Sermões.)

Quando alguém inicia uma intervenção com a frase “muito haveria a dizer sobre” é quase certo que padece de uma considerável ausência de informação sobre o assunto. No caso presente, sentimo-nos tentados a começar por dizer que “muito haveria a dizer” sobre as andanças que tiveram como desfecho a entrada em vigor em Portugal daquilo que veio a chamar-se “Novo Acordo Ortográfico”.

Não deixa de ser estranho que, assinado por oito países, este Novo Acordo Ortográfico haja sido ratificado apenas por menos de metade deles e a despeito disso tenha acabado por ser oficialmente imposto. Ainda que nele não houvesse fragilidades internas (que não faltam), teria desde logo esta para encontrar renitência por parte de muito boa gente que ainda preza a transparência de procedimentos e, por outro lado, tem mais apego à língua do que crença nas apregoadas vantagens destes malabarismos ortográficos.

Os tradutores da Associação Portuguesa de Tradutores, esses profissionais relativamente ignorados que se obrigam a usar com correcção a língua e, equiparados que são a autores, deveriam ter a liberdade de seguir ou não o Novo Acordo Ortográfico. Sabe-se quais deles o acatam e quais o rejeitam? Na página do Facebook da Associação pode ler-se: “A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TRADUTORES não adere ao Novo Acordo Ortográfico, mas respeita as opções dos colegas”. A Direcção da APT é, assumidamente, contra este Acordo e como tal manifesta, quando e como pode, liberta dos empecilhos do espírito de cruzada ou de qualquer militância, dos quais por índole invariavelmente se afasta.

Muitos que até hoje se intitulam tradutores literários independentes, começam a sentir-se incomodamente assaltados por problemas de consciência quanto a essa designação. Se optam por não utilizar um acordo ao qual não reconhecem utilidade, nem rigor, nem coerência que justifiquem um esforço de adaptação, isso é indiferente para quem publica os trabalhos: escrevem segundo aprenderam, mas a carroçaria que representa o fruto do seu esforço é sujeita às marteladas de impiedoso bate-chapa que a deixa diferente, pelo simples facto de os editores terem aderido ao Novo Acordo. Para serem coerentes, deveriam então declarar-se tradutores literários involuntariamente dependentes (do Novo Acordo) ou, em alternativa, procurar no seu trabalho evitar todos os vocábulos que o Novo Acordo alterou. Escusado será dizer que esta segunda opção implicaria um esforço bem maior e conduziria muito provavelmente a infidelidades de tradução, embora tivesse a vantagem de não os expor

tanto a alguma possível raiva dos revisores, forçados a uma penosa conversão que não é certamente daquelas que garantem o reino dos céus.

Suscita-se, aliás, uma questão: as escassíssimas pessoas cuja curiosidade as leva a consultarem o nome do tradutor ou tradutora de uma obra não depreenderão, perante o produto final publicado, que aquele ou aquela o escreveram seguindo o Novo Acordo Ortográfico? Trata-se de mais um caso em que as aparências iludem. A nudez crua da verdade do tradutor some-se, velada, sob o manto diáfano da fantasia que é o Novo Acordo Ortográfico. Devemos porventura erguer as mãos aos céus pelo facto de os nossos colegas tradutores-intérpretes não terem sido objecto da ceifa de hífenes a que o Novo Acordo sujeitou vocábulos menos afortunados. (Para seu descanso, trata-se, segundo o Novo Acordo, de uma “palavra composta por justaposição cujos elementos constituem uma unidade semântica e mantêm uma tonicidade própria”). Se assim não fosse, ter-se-iam porventura salvado porque “consagrados pelo uso”, a exemplo de “cor-de-rosa” (cor que não poderia estar mais distante da visão que temos deste polémico Acordo).

Precisamente a propósito do emprego do hífen, e porque vem a talhe de foice, citemos, então, o Novo Acordo:

“Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colónia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa).”

Como havemos de considerar esta qualificação de “consagradas pelo uso”? Acaso não estava a ortografia anterior, como um todo, consagrada pelo uso?

Quanto à etimologia, um recurso frequentemente utilizado pelos tradutores, parece ser algo que se utiliza quando leva a água ao moinho e, quando não, é remetido para o salvífico “consagrado pelo uso”, inclusivamente reforçado com o advérbio “inteiramente”. Cite-se mais uma vez (sempre a contragosto) o texto do Novo Acordo:

“1

O h inicial emprega-se:

- a) Por força da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor;
- b) Em virtude da adoção convencional: hã? hem? hum!

2

O h inicial suprime-se:

a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: erva, em vez de herva; e, portanto, ervaçal, ervanário, ervoso (em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, formas de origem erudita) ...”

A Direcção da APT esclarece que não está em princípio em oposição a qualquer reforma ortográfica. A ortografia é uma mera convenção, é certo. Mas até para as convenções há regras, e uma delas é certamente a coerência. Na guerra contra as infortunadas consoantes mudas, que, tanto quanto se saiba não tinham feito mal a ninguém, os habitantes do “Egito” (agora sem p) continuam a ser “egípcios” com p, para dar apenas um exemplo e não referir o estafado exemplo dos “espectadores” sem c. E que dizer das duplas grafias? “Veredicto” ou “veredito”? “Infecto” ou “infeto”? O reconhecimento de pronúncias diversas não milita contra qualquer acordo ortográfico deste tipo?

Entre os defensores do Novo Acordo Ortográfico haverá quem sustente que a publicação do Vocabulário da Língua Portuguesa virá “esclarecer” alguns pontos controversos. Sem usar de eufemismos, diríamos que a sua assolapada intenção é corrigir erros. Mas, sendo assim, põe-se a questão: como aceitar de bom grado um acordo que, feito decerto por gente de elevada competência, mas dura de ouvido, se furta a admitir erros e pretende saná-los atrasadamente com a publicação de um Vocabulário? Não teremos aqui gatos com o rabo de fora? E disporá o rabo de capacidade própria para salvar os gatos? Ou, em última análise, matá-los?

Parafraseando Clémenceau, afigura-se-nos que a língua é uma coisa demasiado importante para ser deixada aos linguistas. Os utilizadores da língua deveriam ter tido e devem ter uma palavra a dizer, particularmente aqueles que a empregam todos os dias como instrumento, e como instrumento a desejam afinada. Para fífias, bastam as que, mesmo sem Novo Acordo (e certamente que muitas mais daremos com ele) aqui e além todos vamos dando, a despeito de toda a diligência que fazemos por apresentar obra asseada. Demora muito tempo aprender a língua, é certo. Mas demora ainda mais desaprendê-la.

#### **A Direcção da Associação Portuguesa de Tradutores:**

Odette Jacqueline Collas  
Brigitte Laporte Saramago  
Fátima Moura Feio  
José António Teixeira de Aguiar  
Francisco do Rosário Lourenço

Lisboa, 09 de Maio de 2017